

IDENTITY AND TERRITORIAL DEVELOPMENT:

AN APPROACH FROM THE LAND AND ENVIRONMENT OF MANAUS*

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E IDENTIDADE:

UMA ABORDAGEM A PARTIR DO TERRITÓRIO MANAUS E ENTORNO

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe¹Juliana Araujo Alves²Francisca Bispo de Sousa³**ABSTRACT**

The Amazon is in vogue in all discussions, discussions are purely economic or environmental. It is a region that has been and remains subject to various projects. It's almost a regulation, especially when we refer to the historical period of colonization of this region. Attempts to ownership and development of the Amazon territory were very aggressive to people who were already here. The forms of economy are examples of use of the disordered region. This reality is seen in so-called economic cycles that Amazon was subjected to the cycle of drugs of the Wild, the cycle of Rubber and deployment of the Manaus Free Zone. Moreover when the government's attempt to integrate the Amazon into the national economy with the opening of roads and encourage migration in order to settle what the government called a demographic void, promising areas for planting and grazing. Importantly, development policies over the decades of the twentieth century, were disruptive, making prisoners of the Amazonians a reality

¹ Professora Doutora da Universidade Federal do Amazonas – UFAM (Manaus, Brasil); Coordenadora do Núcleo de Socioeconomia/FCA/UFAM. E-mail: tecafraxe@uol.com.br

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela UFAM (Manaus, Brasil); pesquisadora do Núcleo de Socioeconomia-NUSEC/UFAM. E-mail: jalves.geografia@gmail.com

³ Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (Manaus, Brasil). E-mail: francebispo@yahoo.com.br

imposed by exogenous actions. There is a fashionable new government's attempt to develop Brazil in a parity, or try to reach lower levels of economic and social disparity, researchers have tried a new development methodology, based on an approach based on territorial and identity. This new government program called the Territory of Citizenship aims to develop the rural participant policies guided by the reality of each region, in their identity. It is a great fact, since the participation of civil society in the policy of government is perhaps the beginning of the change that much is expected. Note is an attempt by a participant in governance, where society and government seek solutions to problems that hinder the development process. So, this work seeks to analyze this policy in the Territory and Environs Manaus - AM really sure that local needs are being considered at the time of thinking about territorial policies for rural areas.

KEYWORDS: Territory. Identity. Rural.

RESUMO

A Amazônia está em voga em todas as discussões, sejam discussões puramente econômicas ou ambientais. É uma região que foi e continua sendo sujeita de vários projetos. É quase uma normatização, principalmente quando nos remetemos ao período histórico de colonização desta região. As tentativas de apropriação e desenvolvimento do território Amazônico foram muito agressivas para os povos que aqui já estavam. As formas de economia são exemplos de uso desordenado da região. Esta realidade é visualizada nos chamados ciclos econômicos que a Amazônia foi sujeitada como o ciclo das Drogas do Sertão, o ciclo da Borracha e implantação da Zona Franca de Manaus. Ademais quando na tentativa do governo de integrar a Amazônia a economia nacional com abertura de estradas e incentivo a migração com o intuito de povoar o que o governo chamava de vazio demográfico, prometendo áreas para o plantio e pastos. É importante destacar que as políticas de desenvolvimento ao longo das décadas do século XX, foram desagregadoras, tornando os amazônidas prisioneiros de uma realidade imposta por ações exógenas. Há em voga uma nova tentativa do governo em desenvolver o Brasil numa paridade, ou tentar chegar a níveis menores de disparidade econômicas e sociais, tem-se buscado uma nova metodologia de desenvolvimento, embasado numa abordagem Territorial e fundamentada na Identidade. Esse novo programa do Governo chamado de Território da Cidadania tem por objetivo desenvolver o meio rural a parti de políticas pautadas na realidade de cada território, ou seja, na sua identidade. É um fato importantíssimo, pois a participação da sociedade civil nessa política de governo é o início talvez da mudança que tanto se espera. Nota-se uma tentativa de uma *governança participante*, onde sociedade e poder público buscam soluções para os problemas que dificultam o processo de desenvolvimento. Então,

busca-se neste trabalho fazer uma análise desta política no Território Manaus e Entorno - AM verificando se realmente as necessidades locais estão sendo consideradas na hora de se pensar as políticas territoriais para o meio rural.

PALAVRAS-CHAVE: Território. Identidade. Rural.

1. APRESENTAÇÃO

A Amazônia está em voga em todas as discussões, sejam puramente econômicas ou ambientais. É uma região que foi e continua sendo sujeita a vários projetos, tornando-se quase uma normatização, principalmente quando nos remetemos ao período histórico de colonização da região, em que as tentativas de apropriação e desenvolvimento do território amazônico foram muito agressivas para os povos que aqui já estavam.

As formas de economia são exemplos de uso desordenado da região. Essa realidade é visualizada nos chamados ciclos econômicos que a Amazônia foi sujeitada como o ciclo das Drogas do Sertão, ciclo da Borracha e implantação da Zona Franca de Manaus. Ademais, quando na tentativa do governo de integrar à Amazônia a economia nacional com abertura de estradas e incentivo a migração, com o intuito de povoar o que o governo chamava de vazio demográfico, prometendo áreas para o plantio e pastos.

É importante destacar que as políticas de desenvolvimento ao longo das décadas do século XX foram desagregadoras, tornando os amazônidas prisioneiros de uma realidade imposta por ações exógenas.

A partir da década de 1980, o debate sobre o planejamento territorial na Amazônia mudou o foco e teve, na linguagem, abordagens de cunho ambiental. Atualmente, estamos no paralelo em que as políticas de desenvolvimento devem – ou

aparentam – estar ligadas à manutenção e prolongamento dos recursos ambientais. A preocupação com os atores sociais também aparecem nessas discussões.

De acordo com Becker (2009), esse cenário alterou o significado da Amazônia, com uma valorização ecológica de dupla face: a da sobrevivência humana e a do capital natural, pois ambos devem ser valorizados e pensados no mesmo contexto.

Várias tentativas do governo para desenvolver o Brasil em uma paridade, ou tentar chegar a níveis menores de disparidades econômicas e sociais, buscam uma nova metodologia de desenvolvimento, embasada em uma abordagem territorial.

Esse desenvolvimento na lógica territorial com foco no meio rural, conforme Perico (2009), é uma tendência na América Latina, e o Brasil aparece com inovações na criação de estratégias para essas políticas.

A inovação dita parte de um “redescobrimento” do território, em que o Brasil, na verdade, os governantes, antes dessa nova configuração política, com o enfoque territorial, não mostravam um interesse nas questões particulares do país, desconhecendo, ou não se importando, de fato, com as particularidades de cada região.

É nessa busca de desenvolver, a partir do local para o global, que aparece o eixo central dessa nova estratégia do governo, a identidade, esta que expressa as características, as manifestações, os atributos culturais, econômicos ou políticos, que são apropriados pelas pessoas em seus respectivos territórios.

2. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E IDENTIDADE

A política de desenvolvimento decorre de séculos no Brasil, mas a atual política busca o desenvolvimento na lógica territorial. O desenvolvimento exprime-se através do

acesso físico e econômico, principalmente as necessidades básicas contidas na Constituição. De acordo com Mafra e Silva (2004), as políticas territoriais seriam:

o conjunto de normas e intervenções ditadas ou adaptadas pela iniciativa pública, tendo em vista o ordenamento do território, isto é, a formação e o desenvolvimento dos centros urbanos/rurais, a distribuição espacial da ocupação do solo no interior dos mesmos e nas regiões envolventes e a sua utilização por parte dos diversos agentes (MAFRA; SILVA, 2004, p. 9).

O uso da categoria *território* se tornou comum nas estratégias de desenvolvimento rural do Governo Federal. Essas estratégias consistem em se apropriar de recursos específicos e enaltecer o potencial identificável do território, ou seja, a identidade territorial.

A importância da identidade na estratégia de desenvolvimento dos Territórios Rurais é fundamental, haja vista a diversidade territorial que possui o Brasil e o autor Perico (2009), na obra intitulada *Identidade e território no Brasil* (obra solicitada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDT – do Ministério do Desenvolvimento Agrária – MDA), ressalta que as particularidades contidas nos territórios têm uma essência heterogênea, em especial no espaço rural brasileiro, em que culturas, entorno geográficos, sistemas econômicos, estruturas demográficas e modelos da gestão política definem diversos cenários.

A tentativa de compreender e enaltecer as características e potencialidades dos territórios terá como possível resultado a coesão social, uma distribuição e alcance dos bens e serviços na lógica pública e privada, além de proporcionar aos atores envolvidos o sentido de participação na gestão pública.

No entanto, para delinear o cenário que se encontra o território Manaus e Entorno, é fundamental refletir sobre a categoria que pulsa esse grande programa, a categoria território.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica e cultural através de uma identidade territorial socialmente construída pelos diferentes grupos. Assim,

no território existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, no em com o lugar e com outros lugares e pessoas e identidades. Os elementos basilares do território, ou seja, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional (HAESBAERT, 1997, p. 76).

Nesse sentido, entende-se que as *relações sociais* são a base para a construção de um território e essas relações estão diretamente conectadas com os lugares, com seus fixos, fluxos, enfim, com suas redes de interconexões.

O Programa de Desenvolvimento dos Territórios Rurais destaca que a participação da sociedade civil é imprescindível para a construção e efetividade dessa política territorial. As diferentes formas de ação organizada da sociedade civil são compreendidas aqui como *forças horizontais*, representadas pela ação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), Associações de Produtores, de Pescadores, entre outras.

Para esclarecer melhor como se dá a apresentação das forças ou uniões horizontais, cabe destacar a reflexão que Santos (1996) nos coloca. Ele descreve que um exemplo é a maneira como os produtores rurais se reúnem para defender os seus interesses, o que lhes permite passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido e que também distingue as regiões brasileiras umas das outras. Esses atores procuram defender suas potencialidades, suas características, ou seja, sua identidade.

As forças ou uniões horizontais podem ver vistas no programa territórios nessa nova forma de gestão, ao incluir as discussões de forma direta nas decisões de projetos para seus respectivos territórios. A descentralização e a participação da sociedade civil,

através das associações, sindicatos, colônia de pescadores, grupos de mulheres, entre outros, torna esse programa diferente das tentativas anteriores de desenvolvimento, nas quais o governo pensava e implantava suas ações sem essa participação mais direta da sociedade.

Santos (1996) é contundente ao falar que devemos ter isso em mente, ao pensar as novas horizontalidades que permitirão, a partir da sociedade territorial, promover um desenvolvimento na perspectiva do local ao global. Em outras palavras, que os questionamentos e ideias partam dos sujeitos em questão.

Entretanto, esse cenário só será conquistado se a compreensão de território e, especificamente, a identidade desse território for tomada como o ponto de apoio para as transformações necessárias a fim de se alcançar a melhoria de acesso aos mercados, financiamentos, alcance de novas tecnologias e inúmeros objetivos. Só quem está e vive no território é capaz de identificar os anseios e as demandas locais.

3. ARCABOUÇO METODOLÓGICO

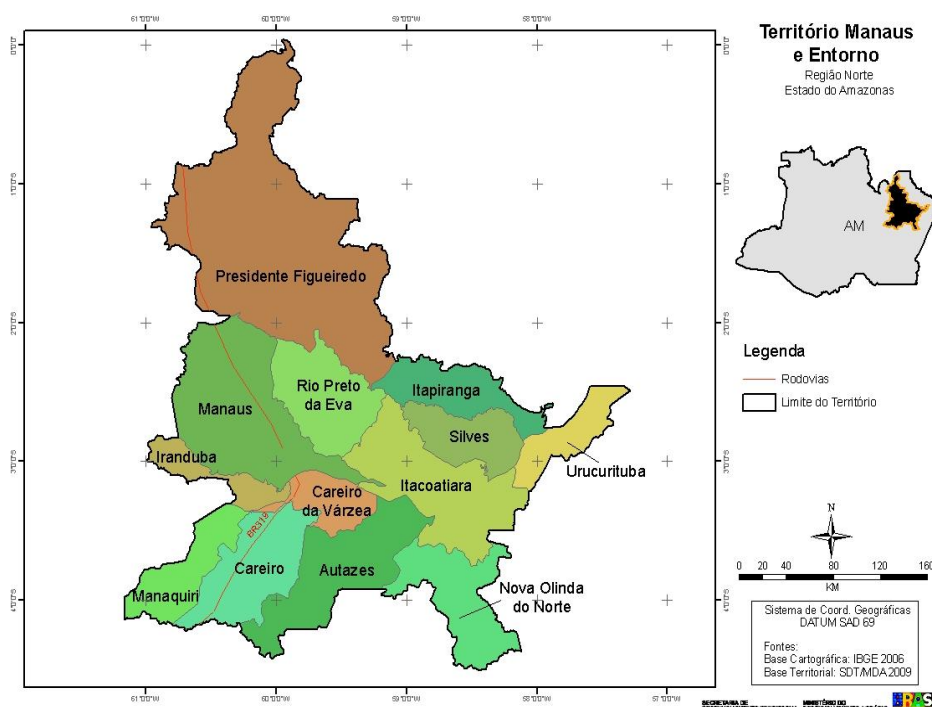
Este trabalho é fruto de várias pesquisas realizadas pela Célula de Acompanhamento e Informação do Território Manaus e Entorno (CAI), composta por pesquisadores do Núcleo de Socioeconomia da Universidade Federal do Amazonas. Os dados que serão utilizados são compartilhados com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), através de um convênio via CNPq. A CAI tem por objetivo acompanhar todas as atividades e projetos realizados nesse território e repassar as informações para a SDT.

Antes de discutir sobre essa política de governo no território Manaus e Entorno, que faz parte do Estado do Amazonas, é importante fazer um breve esclarecimento sobre essa política de forma geral no Brasil.

Desde 2003, o Brasil vem trabalhando as políticas públicas voltadas para agricultura familiar em uma distribuição territorial. O país foi dividido em vários territórios rurais e no Amazonas não foi diferente, em que o foco dessa política é desenvolver o meio rural melhorando, assim, a qualidade de vida do agricultor familiar. Mas a pergunta norteadora é: Será que temos mais um grande projeto para o Brasil e, aqui, especificamente para Amazônia com a cara da Amazônia ou é mais uma tentativa abusiva do governo que pensa tudo de forma vertical?

O território Manaus e Entorno é composto por 13 municípios (conforme Figura 1): Manaus, capital do Amazonas, Itacoatiara, Rio Preto da Eva, Urucurituba, Silves, Itapiranga, Presidente Figueiredo, Iranduba, Nova Olinda do Norte, Manaquiri, Autazes, Careiro Castanho e Careiro da Várzea.

Figura 1 - Mapa de localização do Território Manaus e Entorno.



Fonte: Base Territorial SDT/MDA.

4. DISCUSSÕES E RESULTADOS

A configuração territorial, ou seja, essa divisão, aparentemente não foi algo construído com a população desses municípios e fica a dúvida se a proposta de desenvolvimento pautada na agricultura familiar e que, conforme a SDT, leva em consideração a sociedade civil dará certo.

Há dúvidas se o Território Manaus e Entorno é um território dado ou construído. Talvez no processo de um para outro. Esclarecer essa questão é fundamental para entender o cenário atual desse território, pois se busca, neste espaço de análise, visualizar a identidade do território.

Para tanto, é importante destacar o pensamento e a forma de territorialização desenvolvida pela SDT para o Programa Territórios Rurais. De acordo com Perico (2009), esse processo ocorreu através de uma ampla convocação dos atores locais e estaduais em cada uma das microrregiões selecionadas, com o objetivo de dar início a essa estratégia.

Tal processo, com o predomínio das reuniões realizadas pelos conselhos estaduais de desenvolvimento rural, conduziu a apreciação das realidades políticas e cultural de cada microrregião, o que resultou na redefinição das áreas. Esse foi o primeiro passo do processo de construção dos Territórios de Identidade.

Por meio dessa descrição de criação dos territórios, fica claro que a participação das organizações que representam a sociedade civil não foi tão participativa, comentário que se fundamenta nas falas dos participantes do Colegiado do território Manaus e Entorno, obtidas nas entrevistas, oficinas e reuniões que esta Célula participou.

Ao descrever o processo de criação do território Manaus e Entorno, são categóricos, em seus comentários, que, para eles, o território foi imposto, na medida em que não houve discussões para se pensar quais municípios poderiam formar o território

Manaus e Entorno, permitindo que sua criação ficasse no campo político, nas mãos de um partido político, que determinou a criação desse território.

Essa configuração pode ser comparada na análise de Pecqueur (apud DENARDIN; SULBACH, 2010, p. 15), um *território dado*

é um território sem valor acrescentado com fatores de constrangimento ou limitações. Este território é tido como preexistente e se analisa o que ali acontece, o que lhe contem. Acaba sendo uma 'porção' do espaço que é objeto de observação.

Nessa mesma linha de discussão, Flores (apud DENARDIN; SULBACH, 2010) define o território dado como uma *decisão político-administrativa* é um processo *top down*, cujo interesse pode ser, por exemplo, o estabelecimento de políticas de desenvolvimento para determinada região. Pode ser uma política nacional, como os *Territórios Rurais*, pois a matriz do programa é comum em todas as regiões do país, não se observa diferenciação em sua implantação nas diferentes regiões geográficas.

O território dado faz parte de uma política comum no país, na configuração de verticalidade das ações e implantação dos projetos. A Amazônia é prova viva dessa lógica, pois os projetos implantados ao longo de décadas nesta região foram impostos, chegaram como pacotes fechados.

A região Amazônica sofre até hoje com as políticas de desenvolvimento sem a participação de seus atores, cuja população é refém de um sistema ambiental perverso que impõe limites ao uso do território e tão pouco dar alternativas. Ao analisar a criação do território em questão e dos seus respectivos municípios que o formam, são compreensíveis os comentários coletados pela CAI do Manaus e Entorno. Um território que tem, em sua composição, 13 municípios, em que 12 deles têm, no setor primário,

suas fontes econômicas, destoa-se desse grupo uma capital com um perfil que contraria a matriz do Programa.

Manaus é a capital do estado do Amazonas, sua principal fonte de renda está no setor secundário e possui um parque industrial que é o motor não só da economia local, mas estadual. O seu potencial industriário está relacionado aos eletrônicos e setor de duas rodas, a matéria prima utilizada nas poucas fábricas que existem no pólo industrial de Manaus e oriunda de outras regiões e países. O parque industrial de Manaus é composto, em sua maioria, por montadoras, as peças chegam prontas e os industriários fazem o processo de montagem para gerar o produto final.

Fica esse questionamento sobre a participação de Manaus nesse território, pois atrelado a fonte econômica, o município comporta todo o amparo governamental e as organizações ligadas aos movimentos sociais. Esse cenário poderia ajudar na qualidade do projeto, mas pelo contrário, prejudica, pois Manaus é o centro geoeconômico e capita, praticamente, todos os recursos e projetos para si, os demais municípios acabam sendo prejudicados.

Atrelado a esse cenário está o forte poder político que ela detém e a presença de várias lideranças de movimentos sociais. Desta forma os movimentos sociais e os representantes do governo dos demais municípios acabam sendo guiados pelas decisões tomadas no município de Manaus.

Por outro lado, *território construído* é um processo de melhorias, fruto do jogo de atores e constatado *a posteriori*, é o resultado de um processo de construção social pelos atores, como nos alerta Pecqueur (apud DENARDIN; SULBACH, 2010).

O território construído é um espaço-território que se forma a partir do encontro de atores sociais em um espaço geográfico dado; nele, os atores buscam identificar e resolver problemas comuns. Nesse território há sentimento de pertencimento com

respeito à identidade construída e associada – trata-se de vários atores sociais com pensamentos e vidas diferentes – ao espaço de ação coletiva.

Quando se constrói um território a solidariedade e o respeito entre os atores aparecerão em destaque. Isso significa que o Território Manaus e Entorno está ainda na idéia de território dado, buscando fortalecer sua identidade territorial para se tornar um território socialmente construído.

O território construído tem na base a identidade, que surge com o sentimento de pertencimento e respeito. Sentir-se parte do território são os primeiros passos para o estabelecimento do território construído. É nessa concepção que os atores envolvidos nesse programa conseguirão êxito em suas ações.

Na análise dos dados gerados a partir das atividades de campo, verificaremos que a identidade do território Manaus e Entorno se configura na Agricultura Familiar, na qual a valorização e viabilização de meios de fortalecer a identidade ajudarão nesse processo.

Os atores sociais, locais e nacionais, participam cooperativamente e buscam atender às demandas e necessidades do território. A partir dessa interação, os projetos e ações do programa e decisões locais terão uma abrangência maior, com resultados mais precisos.

A identidade territorial não é um conceito fácil, é inovador e complexo e está centrado na originalidade e singularidade de cada lugar (ROCA; MOURÃO, s.d.). Levam em consideração os aspectos físicos e humanos, suas características materiais e imateriais – biofísicas, socioculturais, econômicas, sociopsicológicas etc. Esse conceito permite analisar melhor os dados obtidos com o questionário de identidade territorial, que traz questões sobre o que nos aponta Roca e Mourão (s.d.). Ela está além das formas de usos do território, das potencialidades e as relações sociais, com seus valores culturais, complementam e dão sustento para a identidade.

A SDT, a fim de identificar a Identidade Territorial dos Territórios Rurais, destacou sete fatores que estão próximos ou influenciam o desenvolvimento territorial. Os indicadores de identidade que podem caracterizar o território são de ordem: Ambiental, Agricultura Familiar, Economia, Pobreza, Etnia, Colonização e Política.

Os indicadores de identidade foram relacionados com alguns aspectos que são fundamentais para auxiliar o desenvolvimento territorial: Limites do Território, Visão de Futuro, Metas de Objetivos do Território, Características marcantes e História Comum.

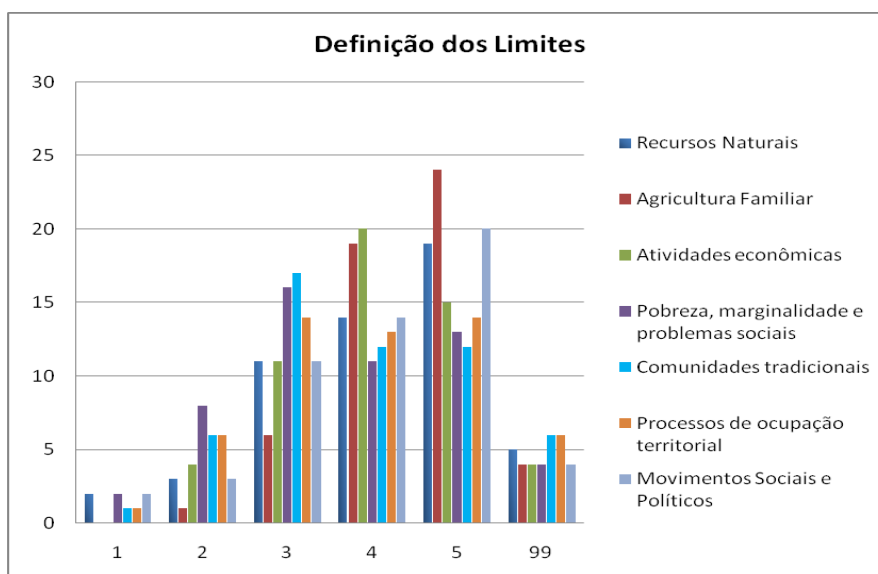
A seguir, teremos uma análise das questões que subsidiaram o questionário identidade Territorial aplicado com os membros do Colegiado do Território Manaus e Entorno, estão nesse grupo representantes do poder público e sociedade civil. Os dados estão desagregados, cada questão virá seguida de um gráfico que destacará as respostas dos 54 entrevistados pela Célula de Acompanhamento e Informação. As questões são fechadas e para cada resposta o entrevistado respondeu o grau de importância de cada aspecto: Recursos Naturais, Agricultura Familiar, Atividades Econômicas, Pobreza, marginalidade e problemas sociais, Comunidades tradicionais, Processos de ocupação territorial e Movimentos sociais e políticos.

O grau de importância vai de 1(nenhuma importância) a 5 (muito importante) e 99 (não sabe). O principal objetivo do questionário é identificar qual “a cara” do território Manaus e Entorno.

5. DEFINIÇÃO DOS LIMITES DO TERRITÓRIO

A Definição dos Limites se fará através da análise dos dados quantitativos gerado com a aplicação do questionário Identidade Territorial. Nesse item, busca-se entender o processo de definição dos limites territoriais do Manaus e Entorno, visto que entender os limites territoriais fortalecerá a identidade territorial e mostrará se ocorreu um processo participativo.

Figura 2 – Definição dos limites do território Manaus e Entorno



Fonte: UFAM/NUSEC/SDT, 2011.

No gráfico acima se observa que dos 54 entrevistados numa escala de menor importância (1) à maior importância (5) para a definição dos limites do território, 24 entrevistados deram nota 5 para Agricultura Familiar, 20 entrevistados deram nota 5 para os Movimentos Sociais e Políticos e 19 entrevistados deram nota 5 para os

Recursos Naturais. Logo, os itens Agricultura Familiar, Movimentos Sociais e Políticos e Recursos Naturais são elementos que se destacam na definição dos limites do território.

Na verdade, esses aspectos são comuns e relevantes nos 13 municípios que o formam. Isso não significa que foram “determinantes” para a definição do território, pois nas entrevistas com os membros do colegiado, os mesmos deixaram claro que essa definição “veio pronta”.

Um dado importante a ser destacado é que o questionário não aborta essa questão e, com isso, não nos permite compreender tal processo.

6. METAS E OBJETIVOS DO TERRITÓRIO

No quadro abaixo, dos 54 entrevistados, numa escala de menor importância (1) à maior importância (5), para a elaboração das *Metas e Objetivos do Território*, 35 entrevistados deram nota 05 para a Agricultura Familiar, 30 entrevistados deram nota 5 para os Movimentos Sociais e Políticos, 21 entrevistados deram nota 5 para as Atividades Econômicas do Território e para os Recursos Naturais dos municípios que compõem o presente Território.

Os números demonstram que as *Metas e os Objetivos do Território* foram estabelecidos partindo da importância da Agricultura Familiar e da atuação dos Movimentos Sociais e Políticos do Território. É importante ressaltar que no atual contexto do território Manaus e Entorno, são os representantes dos agricultores familiares e os movimentos sociais que de fato acreditam nessa política atual, são eles que com muitas dificuldades fazem o projeto caminhar.

Quadro 1 – Metas e objetivos do território Manaus e Entorno

Metas e Objetivos do Território						
	1	2	3	4	5	99
Recursos Naturais		3	9	14	21	7
Agricultura Familiar		1	5	9	35	4
Atividades econômicas		2	7	20	21	4
Pobreza, marginalidade e problemas sociais		4	11	18	16	5
Comunidades tradicionais	2	6	12	16	14	4
Processos de ocupação territorial	2	3	11	15	19	4
Movimentos Sociais e Políticos	1	2	7	10	30	4

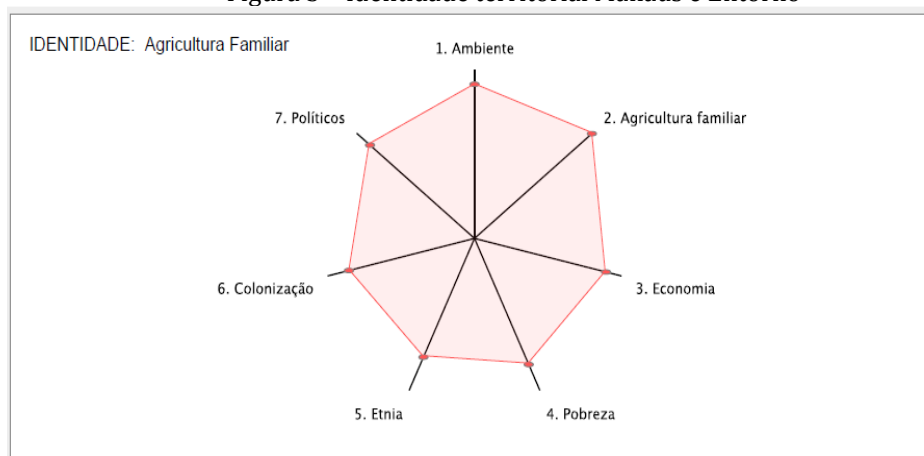
Fonte: CAI/NUSEC-UFAM/SDT, 2011.

São os agricultores familiares em conjunto com os movimentos sociais que resistem as dificuldades postas pela burocracia que dificulta o andamento dessa política territorial. A Agricultura familiar e os pequenos produtores constituem características da identidade com forte poder aglutinador dos atores na definição da identidade territorial, além de outras organizações que refletem grupos de interesse, com o principal interesse de encontrar espaços para superar os mecanismos de exclusão (PERICO, 2009).

Os interesses devem estar direcionados para o alcance de melhorias para o território, compartilhar esse pensamento irá fortalecer a identidade desse território e em consequência as decisões terão mais força e principalmente resultados.

A correlação dos indicadores de identidade e os aspectos de desenvolvimento aparecem agregados em um único gráfico gerado pelo SGE. No gráfico abaixo é possível visualizar que o Território Manaus e Entorno tem como principal identidade a Agricultura Familiar, seguida da Economia e Ambiente.

Figura 3 – Identidade territorial Manaus e Entorno



Fonte: SGE/SDT, 2011.

A Agricultura Familiar, sem questionamentos, é a “cara” desse território, e está atrelada às atividades econômicas. Os municípios que compreendem o Território Manaus e Entorno, exceto Manaus, vivem da Agricultura Familiar, do pequeno produtor. A participação das organizações que os representam é fundamental para essa política de governo.

No que diz respeito à Economia e Ambiente, que também se destacam na identidade do território, ambos têm ligação direta com a Agricultura Familiar.

O setor primário de certa forma move esse território e a preocupação ambiental aparece em todos os discursos de representantes do governo e da sociedade civil, do agricultor familiar que está a quilômetros de distância não só da sede municipal, mas do alcance das informações do Programa Territórios da Cidadania. Para todos esses atores desenvolver qualquer atividade sem preocupação com o ambiente está fora de questão.

A preocupação ambiental é um reforço para a identidade territorial e mais é o eixo fundamental para o Desenvolvimento Territorial Sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos dados, é possível identificar a “face” do território Manaus e Entorno. Suas raízes estão voltadas para agricultura familiar e para os Recursos Naturais que são o centro das atenções do programa. Quer-se o desenvolvimento, mas dentro da lógica ambiental, visto que o território está no estado com várias unidades de conservação, tendo como o seu principal cartão postal a floresta amazônica, não esquecendo o seu potencial hidrográfico.

Entretanto, os dados não falam por si sós. É importante levar em conta as informações adicionais relatadas pelos membros do colegiado nas entrevistas e nas várias reuniões que esta Célula participou. Baseado nessas participações, fica a observação que o Território Manaus e Entorno precisa entender a lógica territorial, que as ações devem ser tomadas em conjunto e pautadas na identidade territorial, nas especificidades e potencialidades e que essas devem atender o máximo da demanda territorial.

É importante ficar claro que o território é construído a partir da mobilização dos atores sociais que procura identificar e resolver problemas comuns. Se a Agricultura Familiar é a mão que os une, identificar os problemas e buscar as soluções para o desenvolvimento do território é algo possível.

Mas, temos, sobretudo, que alertar: a Amazônia é uma região continental e desenvolver projetos em um território com características tão singulares em relação ao restante do país não é fácil. Tão pouco se pode esquecer que os projetos bem sucedidos no eixo Sul/Sudeste nem sempre terão os mesmos resultados na região. Dessa forma, fica evidente que qualquer projeto que vier a ser pensado para a Amazônia deve ser analisado e discutido com seus atores sociais.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha Koiffmann (Org.). **Um projeto para Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Produtos com identidade territorial: o caso da farinha de mandioca no litoral paranaense. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MAFRA, Francisco; SILVA, Amado J da. **Planeamento e Gestão do Território**. Porto: SPI, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil**. [s.l.]: IICA, [s.d.]. Disponível em: <www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/IdentidadeTerritorioBrasil.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2012.

* Artigo submetido em 15 de maio de 2013 e aceito para publicação em 30 de junho de 2013.